

creto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*, inspectora superior.

Aviso n.º 3477/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Luísa Jakeline da Silva Cabral, natural de Maputo, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida a 17/09/1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3478/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 17 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a José Geraldo Maia, natural de Fernandes Tourinho, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 16/12/1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

22 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3576/2008

Ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, declaro aberto concurso de ingresso no Centro de Estudos Judiciários para preenchimento de 100 lugares de auditor de justiça, sendo 50 para a magistratura judicial e 50 para a magistratura do Ministério Público.

7 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 3577/2008

Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, importa fixar o montante da comparticipação no custo do procedimento para efeito de apresentação de candidatura a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados e de pedido de revisão de provas da respectiva fase escrita, nos termos do disposto, respectivamente, no n.º 5 do artigo 11.º e no n.º 6 do artigo 17.º da referida Lei.

Assim, ao abrigo do n.º 5 do artigo 11.º e do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro:

1 — Fixo em 90 € o montante da comparticipação no custo do procedimento pela apresentação de candidatura a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados, em 2008.

2 — Fixo em 60 € o montante de comparticipação no custo do procedimento, a pagar por pedido de revisão de prova da fase escrita, pelos candidatos a concurso de ingresso na formação inicial de magistrados que o apresentem.

7 de Fevereiro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 3578/2008

Considerando a conclusão, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, dos processos de fusão e de reestruturação encetados na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007,

de 30 de Abril, e flexível, por meu despacho de 21 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do estatuído no artigo 21º da lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 1º grau, com vista a operacionalizar a nova estrutura orgânica do serviço;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20º da lei 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e seis anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11º e 12º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso no decurso dos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27º do diploma supra referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súplica curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em história, com mais de 15 anos de experiência profissional relevante como técnico superior e mais de seis anos como dirigente de nível intermédio no Ministério da Justiça;

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11º, 12º, 20º e 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Fevereiro de 2008, exercer o cargo de Director de Serviços de Recursos Documentais, Arquivo e Património Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

18 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Nome: Vítor Manuel Salgueiro António; Data de Nascimento: 28 de Maio de 1962; Naturalidade: Carnaxide/Oeiras; Categoria profissional: Técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. Habilitações académicas: Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1986 — 14 valores); Pós-Graduação em Ciências Documentais — Biblioteca e Documentação, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1994 — 15 valores). Actividade Profissional: 2007 a 2008, Chefe de Divisão de Documentação e Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 2001 a 2007, Chefe de Divisão de Informação e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 27/11/2002 transita para a carreira técnica superior de biblioteca e documentação; 2000 a 2001 técnico superior principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; 1994 a 2000, técnico superior principal, técnico superior de 1ª classe e técnico superior de 2ª classe do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; 1992 a 1994, estagiário da carreira técnica superior do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Projectos de maior relevância desenvolvidos na área de biblioteca, documentação e arquivo: coordenador de projectos de definição de políticas de classificação e indexação de publicações; coordenador dos projectos de automatização da Biblioteca do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça e do Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; coordenador de projectos na área de difusão selectiva de informação jurídica e de peças de imprensa na área orgânica da Justiça; responsável por projectos editoriais da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; no âmbito do Diagnóstico dos Arquivos Intermédios da Administração Central, da responsabilidade do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e Observatório das Actividades Culturais, foi coordenador do Grupo de Trabalho de Arquivos do Ministério da Justiça; responsável pela elaboração do Plano de Classificação de Arquivo da Secretaria-Geral e do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça; responsável pela elaboração

dos Regulamentos de Conservação Arquivística da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e do Registo Nacional de Pessoas Colectivas; coordenador do projecto de automatização dos circuitos documentais do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. Formação Profissional — Frequência de dezenas de cursos de formação profissional, destacando-se os seguintes: Diploma de Especialização em Gestão Documental (INA, 2007, 17 valores); Seminário de Alta Direcção (INA, 2005); Gestão Documental na Administração Pública (INA, 2005); Os Desafios da Informação no Sector Público (INA, 2003); A Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (INA, 2002); Bibliotecas em Rede (INA, 2002); Arquivos Correntes (IAN/TT, 2000); Gestão de Documentos (IAN/TT, 1997); Automatização de um Sistema de Arquivo (CONSIFOR, 1995). Actividade Docente: formador na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em vários cursos na área de Biblioteca e Documentação (1996–2007); professor auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no curso de Pós-Graduação em Ciências Documentais, nas cadeiras Avaliação e Desenvolvimento de Sistemas e de Serviços de Informação (1999–2002).

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 3479/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41º do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça, publicado no D.R. n.º 231, 2.ª série de 4 de Outubro de 2001 e para os devidos efeitos, faz-se público o resultado da eleição dos Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça a que se refere a *alínea d)* do artigo 99º do Dec. lei n.º 343/99 de 26/08.

Número de eleitores inscritos — 8.952

Número de votos expressos — 4.297

Votos brancos — 504

Votos nulos — 239

Votos obtidos pela Lista A — 450

Votos obtidos pela Lista B — 504

Votos obtidos pela Lista C — 2600

São os seguintes Oficiais de Justiça eleitos, nos termos do artigo 35º do citado Regulamento:

1º Diamantino de Sousa Pereira, Secretário de Justiça da Secretaria Geral do Serviço Externo de Lisboa, eleito pela Lista C — Distrito Judicial de Lisboa.

2º António Rui Viana Fernandes da Ponte, Escrivão de Direito, do Tribunal de Família e Menores do Porto, eleito pela Lista C — Distrito Judicial do Porto.

3º Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques, Secretário de Justiça, do Tribunal Judicial da Comarca de Alvaiázere, eleito pela Lista C — Distrito Judicial de Coimbra.

4º António Silvestre da Silva Nunes, Escrivão de Direito do Tribunal da Comarca de Loulé, eleito pela Lista C — Distrito Judicial de Évora.

17 de Janeiro de 2008. — A Presidente da Comissão de Eleições, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 3579/2008

Por despacho de 10 de Dezembro de 2007, do Subdirector-Geral da Administração da Justiça, por delegação da Directora-Geral (DR 2.ª série, n.º 159 de 20.08.2007), foi revogado o despacho de 14 de Novembro de 2007 que determinou a transferência da Escrivã Auxiliar Ana Bela Alves Fernandes da Silva para o Tribunal da Comarca de Entroncamento, sendo a mesma reconduzida para o quadro do Tribunal da Comarca de Alvaiázere.

10 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 3580/2008

Por meu despacho de 21 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria Helena Moreira de Matos Santos, técnica profissional principal, da carreira técnico-profissional, requisitada ao Instituto da Droga e da Toxicod dependência, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnica profissional principal (secretária-recepcionista) com efeitos a 1 de Julho de 2007, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

4 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 3581/2008

Por meu despacho de 20 de Julho de 2007, no uso de competência delegada, foi Bruno André do Rosário e Silva, técnico profissional de 1ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, com efeitos a 1 de Maio de 2007, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

4 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 3582/2008

Por meu despacho de 28 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi João Nuno de Melo e Castro Henriques, assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, requisitado à Direcção-Geral de Reinserção Social, transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com efeitos a 1 de Junho de 2007, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

4 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 3583/2008

Por despacho do Director-Geral, de 10 de Dezembro de 2007, no uso de competência delegada, Cláudia Sofia Ramos Duarte Fortes Resende, técnica superior de reeducação de 2ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 2, índice 415, foi autorizada a iniciar licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 01 de Janeiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Aviso n.º 3480/2008

Concurso interno de acesso geral para técnico superior principal

1 — Autorizado por despacho, de 10 de Janeiro de 2008, do Director do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso geral para o preenchimento de dois lugares existentes no quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, constante do Mapa Anexo da Portaria n.º 213/2002, de 12 de Março.

Categoria e carreira — técnico superior principal

Área funcional:

Refª A — Consultadoria Jurídica;

Refª B — Psicologia.

2 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, tendo-se procedido à consulta no sigAME e ao procedimento de selecção de pessoal em situação de mobilidade especial (SME), previsto no artigo 34º do mesmo diploma legal — oferta n.º P20070223.

3 — Prazos:

3.1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares postos a concurso, caducando com o seu preenchimento;

3.2 — Apresentação das candidaturas — 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso.

4 — Informações sobre o lugar a preencher:

4.1 — Local de trabalho — Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, em Lisboa.

5 — Requisitos gerais e especiais:

5.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5.2 — Requisitos especiais:

Refª A

Licenciatura em Direito;

os constantes da *alínea c)* do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela lei n.º 44/99, de 11